

NÓTULAS SOBRE O INTEGRALISMO LUSITANO

NOTES ON LUSITANIAN INTEGRALISM

RICARDO DIP
Academia Paulista de Direito

RESUMEN. Este texto contempla el integralismo lusitano y la figura de Antonio Sardinha distinguiéndolo del integralismo brasileño.

PALABRAS CLAVE. Antonio Sardinha. Integralismo luisitano. Integralismo brasileño. Tradicionalismo.

ABSTRACT. This paper deals with lusitanian integralism and Antonio Sardinha, distinguishing from brazilian integralism.

KEY WORDS. Antonio Sardinha. Lusitanian integralism. Brazilian integralism. Traditionalism.

1. Introdução

Importa muito, de logo, na abertura desta pequena explanação, distinguir entre dois integralismos: o brasileiro e o lusitano. Em

recente publicação, Danilo Castellano, professor da Universidade de Údine, aconselhou, com muita razão, que evitemos a babel linguística de maneira a não incidirmos numa conseqüente babel conceitual, sobretudo nestes nossos tempos em que a ideologia vai, com a manipulação da linguagem, esgarçando os termos mentais e, com seu desfazimento, erodindo a própria realidade a que os conceitos, em derradeiro, devem referir-se. Pouco direi ou nada do primeiro, ou seja, do movimento e da doutrina do integralismo brasileiro, lançado em São Paulo no ano de 1932, e que trazia no nome –depois estampado no organismo que foi a Ação Integralista Brasileira– a mesma designação que, a contar de 1914, adotara o movimento intelectual e político do integralismo português, cujos traços gerais e de modo muito conciso tenho a intenção de aqui versar.

2. Os tempos da gestação de uma doutrina (1907-1917)

Gestou-se o integralismo lusitano entre 1907 e 1917, já dando sinais de alguma sua atividade a partir de 1914 –ano em que se fundou a revista *Nação Portuguesa*–; a existência do movimento integralista, nada obstante, sua autodissolução em 1922, persiste com as ideias, pois que as vamos encontrar na década de 30 –incluindo uma dada sua ressonância no Estado novo– e ainda mais à frente, na década de 40, com a republicação dos textos de maior relevância de alguns autores integralistas, de parte de suas memórias e até da primeira história oficiosa do movimento, escrita por Leão Ramos Ascensão; era aí, nos anos quarentas, o tempo áureo das edições Gama. Diz-nos mais António Costa Pinto –de quem extraímos várias das indicações recolhidas nesta breve exposição– que, afastado António de Oliveira Salazar, em 27 de setembro de 1968, da chefia do Governo português, uma nova geração de pensadores monárquicos de linha independente reivindicou-se como epígona da doutrina do integralismo lusitano, reeditando obras e até mesmo textos inéditos de seus maiores.

3. A geração moça

Sem prejuízo de alguns protagonismos individuais –a que adiante se referirá–, o integralismo lusitano é o fruto de uma



geração (a «geração moça») que, nascida nos fins da década de 80, início da de 90, do século XIX, florescerá no primeiro decênio do século XX, no ambiente da Universidade de Coimbra, especialmente em sua Faculdade de Direito. Fato é que, desde 1905, nessa Faculdade já se encontravam Domingo Fezas Vital e, no ano seguinte, Alberto Monsaraz, Hipólito Raposo, António Sardinha; um ano adiante: Luís de Almeida Braga; em 1908, Pequito Rebelo, nomes todos que, com diferente relevo embora, cooperaram na formação da doutrina integralista e na constituição de seu movimento.

Fervilhava, à altura, no meio universitário coimbrão, o debate político que tinha por pano de fundo o fracasso do rotativismo liberal em sucessivos governos e, em particular, o das monarquias à inglesa (assim, a do período de maio de 1906 a maio de 1907) e à turca (que se estendeu pelos sete meses seguintes –instalando-se, então, uma ditadura constitucional, a cuja nota distintiva frequente, que era a de fechar o parlamento e legislar por decreto, acrescentou o conselheiro João Franco (1855-1929) uma série de medidas repressivas, entre elas a da incursão nas autonomias locais, a suspensão de jornais e a inflição de penas de expulsão ou de desterro até antes de qualquer julgamento. Enfrentava por então o rei Dom Carlos agitações republicanas –cujos comícios se multiplicavam e chegaram mesmo a uma tentativa frustrada de revolução–, além de uma duradoura greve na Universidade de Coimbra, na qual Universidade se criara, em 1907, o CAR, Centro Acadêmico Republicano, em cujas fileiras se encontraria António Sardinha. A esse Centro republicano logo viria contrapor-se, em 1908, o CAM, Centro Acadêmico Monárquico, que buscava unir os estudantes conservadores, merecendo aqui destacar contasse esse centro entre seus integrantes Alberto Monsaraz e Fezas Vital.

Nesse mesmo ano de 1908, foi no mês de fevereiro, deu-se um primeiro trágico desfecho a essas paixões políticas, com o assassinato, no Terreiro lisboeta do Paço, do rei Dom Carlos e do príncipe herdeiro, Dom Luís Filipe. Assumiu o reino o então muito jovem Dom Manuel II, que à frente do poder apenas se manteria por dois anos, implantando-se logo a primeira e fracassada república em Portugal, o que se deu por meio de uma insurreição militar, entre 3 e 5 de outubro de 1910. Portugal tornava-se

o terceiro país da Europa geográfica a adotar a forma republicana de governo, antecedido que o fora pela Suíça (1815) e por três instaurações da república na França (em 1793, 1848 e 1871).

Além, contudo, desses dois centros acadêmicos –o republicano e o monárquico–, outro havia, mais antigo, no meio estudantil coimbrão, centro este que se instituíra, em 1901, na Faculdade de Teologia de Coimbra: era o Cadc, Centro Acadêmico da Democracia Cristã, que, contado de início como um agrupamento de conservadores (embora já enfrentando alguma acusação de heterodoxia), editava, desde 1905, a revista *Estudos sociais*, que se publicou até 1911. Por ocasião do centenário da fundação do Cadc, Manuel Braga da Cruz publicou breve sumário de sua história, lembrando que, com a revolução republicana portuguesa de 1910, o Cadc foi dissolvido, e saqueada sua sede, mas já no ano seguinte, 1911, alguns estudantes católicos reagiram ao ambiente político hostil, preparando o lançamento, que se deu em 1912, de um jornal de militância, *O Imparcial*, cuja direção coube ao Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977). Esses mesmos estudantes reabriram o Cadc em 8 de dezembro de 1912, pondo-o sob a liderança do mesmo Cardeal Cerejeira e de António de Oliveira Salazar (1889-1970). Com o tempo, o Cadc se foi amistando das teses do segundo Jacques Maritain (1882-1973) e das do personalismo francês (de Emmanuel Mounier: 1905-1950), assinalando-se seu «fascínio pelas ideias da democracia» (Braga da Cruz).

Merece destacar-se que a pugna entre os estudantes desses centros –mormente entre o republicano e o monárquico– deuse então e especialmente nos campos da literatura e da estética, ensejando o que se veio a designar por *neogarrettismo* (um movimento literário empolgado por um caráter nacional da literatura, com o regresso às tradições da pátria lusitana, e que foi animado por, entre outros, Ramalho Ortigão e Teófilo Braga). O neogarrettismo (que se remete ao portense Almeida Garrett –1799-1854–, fundador do romantismo português) foi uma nota comum do movimento republicano –p.ex., o da Renascença portuguesa: sociedade criada, no Porto, em 1911 ou 1912, e que contou com nomes expressivos da cultura lusitana: p.ex., Teixeira de Pascoas (1877-1952), Leonardo Coimbra (1883-1936), Jaime Cortesão (1884-1960), António Sérgio (1883-1969)– e do monár-

quico integralismo lusitano; aqui se pode avistar uma possível cercania dos pensadores de uma e outra linha, comungando de ideias recolhidas pelo movimento da *filosofia da saudade*, cuja doutrina está a merecer mais detido exame e nela, de maneira particular, honesta consideração do mesmo conceito de «saudade», para apartar as simplificações que têm levado ao erro de supor dela essencialmente desavinda a posição de Sardinha.

O que se quer, porém, destacar neste passo, ante a limitação de nosso tema de considerações, é o fato de que a direção hegemônica nos tempos fundacionais do integralismo lusitano se voltava aos textos literários e às questões de estética, ressaltando-se, apenas e em dada medida, a publicação, a partir de 1913, em Louvain, na Bélgica, de uma revista que teve somente dois números, *Alma Portuguesa*, dirigida pelo ali exilado Luís de Almeida Braga (1886-1970), revista que, no dizer de António Costa Pinto, possuía já algum «esboço ideológico integralista». Reivindicando-se como órgão do integralismo lusitano (e parece dever-se a Almeida Braga a própria designação «integralismo lusitano»), a *Alma Portuguesa*, que se afirmava «revista de filosofia, litteratura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidades», resumia a orientação político-ideológica do integralismo como um regresso ao religioso e ao artístico, no ambiente de uma sociedade então regida por valores materialistas e cientificistas. Daí a assertiva de que a regeneração de Portugal só pudesse realizar-se mediante o «culto à tradição» e o «amor à pátria» (cf. José Manuel Cordeiro); o que se disse ser *reaportuguesar Portugal*, ou seja, no plano político, sumariando-o, em palavras de Gonçalo Sampaio e Mello, instaurar-se uma monarquia de feição tradicional: «católica, hereditária, orgânica, descentralizada, representativa, assente no poder histórico da coroa, na força política dos municípios e das províncias e na expressão dos corpos intermédios da sociedade».

4. António Sardinha, o líder maior do integralismo

É interessante pensar que um movimento vincado no ideal da monarquia orgânica: antiparlamentar, descentralizada e tradicionalista, esse ideal tenha tido por primaz na liderança um

antigo integrante do Centro Acadêmico Republicano da Universidade de Coimbra.

Por mais, justo é dizer, que António Sardinha recuse essa primazia –afirmando fosse o movimento integralista uma irmandade, como que, disse ele, uma tábua redonda a que fazia falta o Rei Artur, e em que, pois, inexistiam supremacias pessoais, é voz comum a de que Sardinha pontificasse entre os protagonistas.

Talvez o mais capital de seus eventos biográficos, a justificar essa liderança, esteja no tempo de regresso dos feriados da Semana Santa de 1911, quando Sardinha trazia gravada na memória uma expressão de sua mãe, Maria do Rosário: «Agora que querem acabar com a religião, é preciso ir à Igreja». João do Amaral, um dos cofundadores do integralismo português, ele também, ao início, presa de convicções republicanas, conta que, conhecendo um António Sardinha agnóstico e republicano, testemunhou, entretanto, quando, certa noite, deteve-se este à porta do oratório mantido em sua casa na alentejana cidade de Monforte, e, ali, caindo de joelhos e com lágrimas de comoção, «confessou a sua certeza de Deus».

Era então o tempo do desgoverno da primeira república de Portugal –a alguns parecerá pleonástica a expressão «desgoverno da república»–, era o tempo da epidemia das greves, era o tempo da frequência das conspirações nos quarteis, era um desses tempos –dirá Guilherme Auler– em que «a desordem política retrata a desordem das inteligências».

Vivia-se o mês de setembro de 1913, e António Sardinha reuniu-se com seus amigos Hipólito Raposo e Alberto Monsaraz na bela Quinta das Olaias, adornada, em seu entorno, pelo Jardim das Abadias de Figueira da Foz. A quinta havia sido herdada por Alberto Monsaraz naquele ano mesmo de 1913 e foi esse belíssimo edifício, que ainda hoje existe, testemunha da decisão de publicar-se uma revista –*Nação portuguesa*– como órgão de difusão da doutrina do integralismo lusitano. Sucessora da efêmera *Alma portuguesa* que, como ficou dito, Almeida Braga lançara em Louvain, já a *Nação portuguesa* sobreviverá de 1914 a 1938 e, em seu primeiro número, trará uma declaração de princípios do integralismo. No elenco dos muitos colaboradores da primeira série da revista (de 1914 a 1918), indicando-se por seus

fundadores, figuram Adriano Xavier Cordeiro, Alfredo Pimenta, António Sardinha (que também se assina António de Monforte), Domingos de Gusmão Araújo, Francisco Vieira de Almeida, Garcia Pulido, Gustavo Ferreira Borges, Hipólito Raposo, João do Amaral, José Adriano Pequito Rebelo, Luis de Almeida Braga, Luís Cabral de Moncada, e seu diretor, Alberto de Monsaraz (cf. José Manuel Cordeiro).

Propriamente, como ficou dito, a constituição do movimento integralista deu-se em 1914 e com apenas parte desses fundadores da *Nação portuguesa*, a começar por Sardinha (convertido à causa monárquica em 1912), formando-se o grupo com a adição de Hipólito Raposo, João do Amaral, Pequito Rebelo, Alberto de Monsaraz, Luis de Almeida Braga, Xavier Cordeiro e Rui Enes Ulrich.

5. O que se deve entender por «integralismo lusitano»

Que é, entretanto, em essência, o integralismo lusitano? Que mesmo deve entender-se, nessa doutrina, com a palavra «integralismo»?

De três modos Marcelo Caetano conceituou o integralismo. O primeiro, o da integração de todas as sociedades menores, dotando-as de meios jurídicos adequados ao bom desempenho de seus fins próprios –é a concepção orgânica da sociedade que dá a clave desse primeiro modo conceitual. Pelo segundo modo, firmado numa perspectiva antropológica, integralismo entende-se a visão integral da natureza humana, é dizer, nas suas dimensões tanto individual, quanto social: a visão inteira do homem. E num terceiro modo, tem-se por integralismo a subordinação hierárquica dos interesses, à luz da ordem natural que subalterna as partes ao todo –e aqui se tem a ideia do nacionalismo integral. A essas três acepções, Luis de Almeida Braga agregou um quarto modo de compreender o integralismo, que está no binômio renovação-restauração, ou seja: a vivificação *ex novo* dos valores, dos princípios e das fórmulas clássicas da lusitanidade.

Por aí se vê, com o derradeiro modo de significar o integralismo, não ser de todo incontroversa a demarcação que se quer fazer entre o conteúdo desse movimento e o da filosofia da sau-

dade, embora a esta última concorressem credos diversos da fé e da cosmovisão católicas que nutriram o integralismo português. Tanto, porém, não se reduza a saudade à ideia de nostalgia, ou à de passadismo, não se pode negar que a esperança do renovo seja própria da verdadeira saudade, e nela vão assentar versos esplêndidos de António Sardinha, à beira do Tejo, em seu desterro sofrido de Toledo: «Ó corte do Silêncio e da Tristeza, / solar da Dona-Infanta adormecida, / –seja a Saudade embora portuguesa, / quem sabe lá se foi aqui nascida?!»; e ainda: «Essa palavra “saudade”, / se um português a inventou, / foi em Toledo, –jura-va!– ¿que ele a chorar a soltou! [...] Mora a Saudade em Toledo, / onde eu a fui encontrar?! / Fez a viagem do Tejo, / custou-lhe pouco a chegar!» (in *A corte da saudade*).

6. O monárquico António Sardinha

António Maria de Souza Sardinha nasceu aos 9 de setembro de 1888, vindo a morrer em 10 de janeiro de 1925, sem deixar descendência, pois se lhe antecipara na morte o pequeno filho, Lopo, deixando-lhe na alma, em palavras de Almeida Braga, «uma chaga que para sempre ficou sangrando». Ficaram vivas, então, a mãe e, viúva, sua Ana Júlia.

Também deixou vivo o integralismo lusitano. Porque, se bem o movimento se dissolvera, oficialmente, em 1922, por longo tempo frutificou. Recolheu-o, ainda que de modo parcial, a vitoriosa Revolução de maio de 1926, a ponto de reconhecê-lo António de Oliveira Salazar –p.ex., de maneira expressa, em seu discurso de 30 de julho de 1930, ao falar da «formidável força expansiva do nacionalismo-tradicionalista», sobretudo na constituição de um estado social e corporativo «em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade»–; ou ainda Luis Cabral de Moncada, ao dizer que «foi o núcleo das doutrinas integralistas o evangelho político onde o governo português da Ditadura Nacional [depois convertido em Estado Novo] [...] foi buscar, à parte a forma de governo, alguns dos mais importantes elementos construtivos para o travajamento» deste mesmo governo. Todavia, nada obstante se reconheça a doutrina integralista no ideário do corporativismo proclamado nos textos da Ditadura

Nacional e de seu sucessor, o Estado Novo, observou Luis de Almeida Braga que as ideias recolhidas do integralismo passavam a experienciar-se dentro de instituições políticas que, no fundamental, eram-lhes contrárias, como graficamente o resumiu René Richard: «*Salazar est républicain, mais il a donné à son pays une organisation monarchique sans roi*» (cit. por Almeida Braga).

Fecundado nas doutrinas contrarrevolucionárias de, entre outros, Faustino da Madre de Deus Sousa Coutinho (+ 1833), José da Gama e Castro (1795-1873), José Agostinho de Macedo (1761-1831), José Acúrsio das Neves (1766-1834) e o segundo Visconde de Santarém (Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa –1791-1856–), António Sardinha tornou-se, a seu tempo, no dizer de Almeida Braga, «o mais forte e o mais fulgurante propugnador da monarquia». Para Sardinha, note-se bem, a monarquia não é a consumação de um edifício social, mas, em verdade, é seu alicerce; por ela, fundamento que é, pela monarquia é que se começa a edificação da sociedade, de que segue ser a realza não um fim, mas um meio.

Não é de qualquer monarquia que estava António Sardinha a falar. Este episódio desvendará bem a questão. Destronado Dom Manuel II pelo golpe militar de outubro de 1910, foi o rei destronado viver em Londres, onde estiveram duas vezes a visitá-lo líderes integralistas, ocasiões em que ouviram de Dom Manuel a manifestação de sua conformidade com os princípios da república coroada –isso, nada obstante o inegável contributo dela para o assassinio de seu pai, Dom Carlos, e de seu irmão, Dom Luís Felipe, além de ter dado causa à própria deposição do rei. Diante disso, os integralistas, certificando-se da abdicação da legitimidade institucional, ou, tal o disse Guilherme Auler, o abandono da causa por seu próprio General, reagruparam-se em torno do nome de Dom Duarte Nuno que, neto de Dom Miguel, reunia à legitimidade pessoal a legitimidade da doutrina (ou, em outras palavras, a legitimidade de instituição). Tempos depois, vitoriosa a chamada Revolução de maio de 1926 –que mais soava, em alguns aspectos, ser uma contrarrevolução–, o próprio Dom Manuel II viria, entretanto, a dizer: «A monarquia a restaurar não pode ser a de 1910». Isso, todavia, fora uma frase dita em 1927, quando já não a podia António Sardinha, morto em 1925, ouvir nesta terra, ou mesmo escutar-lhe o especial complemento

exprimido tempos adiante pelo mesmo rei: «A monarquia do futuro tem de ser baseada sobre Deus e a religião, sobre a tradição, sobre a autoridade, sobre princípio e convicções, sobre a ordem».

Parece bem o resumo com que Gonçalo Sampaio e Mello emblemou a doutrina do integralismo lusitano: doutrina da monarquia tradicional, equivale a dizer: monarquia «católica, hereditária, orgânica, descentralizada, representativa, assente no poder histórico da coroa, na força política dos municípios e das províncias e na expressão dos corpos intermédios da sociedade».

Já se salientou constituir-se a monarquia, para a doutrina do integralismo lusitano, a pedra angular sobre a qual deve construir-se o edifício social; mas não se tratava aí de qualquer monarquia – não era a monarquia absolutista, nem a monarquia constitucional o que anelavam os integralistas, porque aos erros do absolutismo sucederam os erros abusivos do constitucionalismo, senão que, como já ficou dito, os integralistas lusitanos propugnavam pela monarquia *tradicional* – ou seja, pela monarquia solidada pela nota de «permanência na continuidade», «permanência no desenvolvimento» (Sardinha), porque a sociedade não é uma construção, mas, isto sim, uma criação ao largo do tempo, e nela existem hábitos e inclinações que a procuram conservar «no equilíbrio das forças que lhe deram origem e pelo respeito das quais continua durando» (Sardinha, *in Na feira dos mitos*); por isso, é a história que nos ensina a constituição social ditada pelo passado (Taine), fazendo-se «segunda natureza dum povo» (Sardinha); propugnavam pela monarquia *católica* – em que a soberania de Roma se afirmava nas questões de Deus, ao tempo mesmo em que o estado publicamente professava a fé verdadeira–; propugnavam pela monarquia *hereditária* – modo com que a pátria subsiste na dinastia, e com que uma família representa, sem o sobressalto das pugnas eleitorais, as famílias todas da sociedade–; propugnavam pela monarquia *orgânica* – pois que, em palavras de António Sardinha, «o estado é um órgão; a sociedade, um organismo» (*in Glossário dos tempos*), de maneira que se haja de reconhecer e resguardar a soberania social, que – em palavras do mesmo António Sardinha – «se exerce através dos institutos de formação natural e espontânea em que o homem se engasta, para nascer, desenvolver-se e prosperar: – a Família, o Município, a Corporação» (*in Da hera nas columnas*); bem por isso, bradou Sar-

dinha que se desse à sociedade o que é da sociedade, e ao estado o que é do estado; propugnavam pela monarquia *descentralizada e representativa* –afirmação das liberdades dos corpos sociais; cada município, dirá Guilherme Auler, «com o seu foral e os seus privilégios», limitando-se, assim, o poder estatal mediante o que se pode designar de leis fundamentais do povo, originárias da família, dos municípios e das corporações –ou talvez, melhor, na expressão de Sardinha, geradas pelo sangue, pela terra e pelo trabalho; daí que pontificasse o mesmo António Sardinha: «Sendo contra os princípios funestos da Revolução Francesa, nós somos necessariamente contra a organização econômica da sociedade moderna» (*in Durante a fogueira*), essa organização liberal que Silva Cordeiro dizia ser «um sistema de exploração, instituído a favor de uma dúzia de políticos conluídos com outra dúzia de banqueiros» (*apud* Hipólito Raposo, *Aula régia*).

A consideração –ainda que bastante breve– dessas ideais matrizes da doutrina integralista, se, de um lado, poderia levar ao reconhecimento de que nelas houvesse alguma influência de pensadores da *Action française* (o que foi, entretanto, expressamente repulsado por António Sardinha), talvez permita, de outro lado, uma afirmação com seu tanto de ousadia: a de que, abstraídas as circunstâncias peculiares de suas respectivas histórias, por suas doutrinas gêmeas, o carlismo seja nas Espanhas e para as Espanhas o que o integralismo lusitano é em Portugal e para Portugal.

7. O integralismo lusitano e o integralismo brasileiro

Aproximando-nos do fim deste pequeno escrito, algo se deve dizer acerca de um discutido parentesco do integralismo lusitano com o integralismo brasileiro.

O Dicionário de política –magna obra de José Pedro Galvão de Sousa, Clóvis Lema Garcia e José Fraga Teixeira de Carvalho– registra que, em fevereiro de 1932, criou-se, na cidade de São Paulo, a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), integrada por monárquicos e não monárquicos; entre aqueles, p.ex., Arlindo Veiga dos Santos, Sebastião Pagano, Plínio Corrêa de Oliveira e Ataliba Nogueira. Em outubro do mesmo ano de 1932, Plínio Salgado (1895-1975) propôs, no âmbito da SEP, com apoio majoritário,

instituir-se a Ação Integralista Brasileira (AIB), da qual, contudo, não participaram os monárquicos, preferindo estes continuar em suas atividades no movimento Pátria Nova, que havia sido criado em 1928 e que, em 1935, passou a designar-se Ação Imperial Patrianovista Brasileira. Embora o vocábulo integralismo fosse empolgado pelos não monárquicos que, oriundos da SEP, se enfileiraram na AIB, o fato é que a doutrina do integralismo lusitano –já por isto que fundamentalmente monárquica– apenas ali poderia substancialmente alimentar, como o fez, os pensadores monárquicos que se congregaram no movimento brasileiro da Pátria Nova (averbe-se, a propósito, que o Centro Acadêmico Monárquico, de Coimbra, publicava, em 1907, uma revista, cujo nome era exatamente *Pátria Nova*).

E é tomando de empréstimo do António Sardinha poeta versos para encerrarem-se estas deslustradas nótulas simbolizando o ideal primeiro da aliança peninsular e, mais estendidamente, o ideal dos princípios e valores da hispanidade inteira:

Toledo, espelho da Morte,
Nasceu de sangue real.
Filha das águas do Tejo,
tem um irmão: Portugal!

Se Portugal se partisse
em dois bocados no mundo,
era p'ra o Mar o primeiro,
Toledo herdava o segundo!